

ANO INTERNACIONAL DA ALFABETIZAÇÃO 1990

ANALFABETISMO FUNCIONAL E PÓS-ALFABETIZAÇÃO

LICÍNIO C. LIMA

UNIDADE DE EDUCAÇÃO DE ADULTOS

A Unesco celebra, desde 1967, o Dia Internacional da Alfabetização, a 8 de Setembro de cada ano. O ano de 1990, que agora termina, foi declarado por aquela organização Ano Internacional da Alfabetização.

Em Portugal, uma resolução do Conselho de Ministros criou a Comissão Nacional para o Ano Internacional da Alfabetização tendo na sua sequência sido nomeadas a Comissão Nacional e a Comissão Científica. No âmbito do Programa Geral, aprovado por aquela comissão, foram desenvolvidas diversas actividades durante o ano de 1990. A Unidade de Educação de Adultos da Universidade do Minho, representada pelo seu responsável, foi convidada a participar no Forum Regional organizado pela Direcção Regional de Educação do Norte e realizado a 9 e 10 de Novembro no Porto, e no Forum Internacional levado a cabo entre 3 e 5 de Dezembro de 1990 em Lisboa. A Unidade de Educação de Adultos regista desta forma a sua participação, associando-se aos esforços empreendidos na sensibilização e informação dos mais amplos sectores da sociedade portuguesa para um problema que é de todos, publicando o texto que serviu de base à intervenção no Forum Internacional: Alfabetização e Pós-Alfabetização realizado na Fundação Calouste Gulbenkian.

Como outros conceitos-chave em ciências sociais e humanas e, designadamente, em ciências da educação, o conceito de "analfabetismo" é plurissignificativo. A fixação de um significado mais ou menos preciso, quase sempre operada por exclusão de significados distintos ou alternativos é, neste sentido, uma fixação arbitrária ou convencional, sujeita a uma

constelação de valores culturais, sociais, económicos, etc.

Nem mesmo no universo dos países industrializados encontramos uma definição precisa, aceite por todos, tal como sucede com outros conceitos actualmente muito generalizados em termos de utilização, mas não necessariamente em termos de significação, como "educação básica", "ensino básico", "escolaridade obrigatória", etc.

O conceito de "analfabetismo literal", possivelmente um dos que granjeia maior consenso e mais frequentemente é utilizado em estatísticas nacionais e internacionais, não deixa por esse facto de ser problemático.

Mesmo tomando como referência um conceito restrito de alfabetização, centrado no ensino-aprendizagem da leitura, da escrita e do cálculo, é no mínimo discutível estabelecer o momento preciso ou a massa crítica de conhecimentos e de capacidades a partir dos quais um indivíduo concreto há-de transitar da categoria de analfabeto para a categoria ou estatuto de alfabetizado. É duvidoso que os critérios estabelecidos para o reconhecimento de tal transição estejam subordinados apenas a princípios científicos ou técnicos. Dito de outra forma, o processo de aquisição e de desenvolvimento das competências comunicacionais, e outras, associadas à categoria de alfabetizado é extremamente complexo e diversificado. É, virtualmente, um processo contínuo que não se esgota em qualquer momento de chegada. A imposição de uma baliza é sobretudo uma questão prática, política, e como tal não existe uma baliza única, precisa, e por esse motivo aceite por todos. Face ao sucessivo alargamento semântico operado em torno do conceito de alfabetização esta imprecisão tem-se acentuado. Não obstante alguns inconvenientes, cremos ser preferível assumir com clareza que os conceitos de alfabetização e de analfabetismo resultam de processos de construção social, em boa parte impeditivos de uma unanimidade em termos conceptuais.

A menos que se adoptasse um conceito reducionista de alfabetização, entendida como um fim em si mesmo, claramente balizada pela aquisição de um determinado conjunto de conhecimentos e de competências fixados com precisão, ao estilo da educação escolar mais tradicional – um programa, um conjunto de objectivos seleccionados *a priori*, um contexto institucional especializado, um agente profissional de transmissão, um processo centrado no ensino, uma aprendizagem subordinada e decorrente, apenas, desse processo. Em suma, o conhecido binómio "ensino-aprendizagem" com a correspondente divisão social do trabalho, as assimetrias de poder, a imposição burocrática e normativa e, acima de tudo, a convicção de que o ensino produz aprendizagens e de que estas são

resultantes dos processos de ensino. A verdade é que, muitas vezes, e pelo contrário, cada um de nós foi incapaz ou não esteve interessado em aprender tudo aquilo que lhe foi transmitido (pretensamente ensinado) e o que aprendeu e continua a aprender excede certamente, em muito, aquilo que formalmente lhe foi transmitido em contexto escolar. De tal forma que hoje se reconhece, ou afirma reconhecer, que os indivíduos analfabetos são detentores de conhecimentos e saberes, de competências e experiências, que devem ser valorizados e mesmo tidos em consideração, enquanto pontos de partida e até elementos motivadores, nas acções de alfabetização e de educação de base.

Entre o extremo do paternalismo, ou da arrogância, que tenderá a perspectivar o analfabeto como um indivíduo socialmente incapaz, doente, um pouco na esteira de algum pensamento pedagógico republicano do início do século, e aquilo que poderíamos designar como o extremo do populismo (ou como um espécie de *antropologismo cultural*) que tende a conferir ao indivíduo analfabeto, sobretudo pelo facto de o ser, todos os atributos de excelência, uma excelência ainda incontaminada pelo universo dos letrados, e sobrevalorizada face à discriminação social que, de facto, se abate sobre a população analfabeta, há certamente que procurar uma posição intermédia. Esse ponto de equilíbrio, difícil, é favorecido à luz de um conceito amplo de alfabetização, encarada como instrumento e não como um fim em si mesma ou apenas como forma de fazer baixar as estatísticas do nosso descontentamento e de algum embaraço na cena internacional.

A alfabetização é, em boa parte, uma conquista ou uma tomada da palavra; não a palavra anónima, sem sentido, repetida até à exaustão ou mecanicamente, do tipo "a asa é da ave" ou "a Eva viu a uva", para citar exemplos criticados por Paulo Freire, ou ainda a palavra manipulada, suporte primeiro de todas as formas de endoutrinamento, mas a palavra enquanto voz, participação, intervenção cívica, unidade elementar mas fundamental das várias leituras e escritas – dos diferentes textos às diferentes realidades e mundividências.

A consideração das "funções sociais" da alfabetização e dos papéis sociais atribuídos a – conquistados por – indivíduos adultos alfabetizados transporta-nos ao conceito de "alfabetização funcional", onde, segundo definição da UNESCO, "a aquisição da leitura e da escrita e a formação (técnica, profissional, científica, sócio-económica, cívica, etc.) não são paralelamente conduzidas ou cronologicamente dissociadas: são actividades integradas, fazendo uma parte integrante da outra".

Neste sentido toda a alfabetização, como possivelmente grande parte da educação, deveria idealmente ser “funcional”. A questão, pouco debatida, que aqui se levanta é a de saber quais são as funções e por quem são definidas. É que se esta pergunta não chega a ser formulada e respondida a alfabetização funcional pode-se transformar num programa mais ou menos subtil de adaptação e de conformidade a uma dada estrutura social e, desta forma, num poderoso instrumento de legitimação e de perpetuação de uma ordem sócio-económica e cultural que antes se afirmara pretender alterar, mas que agora simplesmente se reproduz. A inserção profissional e social, a adaptação às novas tecnologias e às novas profissões, a participação social e cívica, a resposta positiva aos objectivos do desenvolvimento e às necessidades das estruturas económicas e ocupacionais, representam objectivos que só podem ser verdadeiramente apreciados quando integrados num quadro político e de valores mais global. A discussão de tais objectivos, raramente consensuais, e o fortalecimento das capacidades de reflexão e de intervenção dos actores por forma a transformar positivamente as condições da sua existência constituem, designadamente numa sociedade democrática, as finalidades mais expressivas face ao objectivo instrumental, e quantas vezes instrumentalizador, da adaptação.

Assim sendo, não está tanto em causa a necessidade de uma alfabetização funcional, mas sim, e desde logo, os critérios classificatórios de *funcionalidade e de disfuncionalidade*.

Do mesmo modo, o chamado “analfabetismo funcional” exigirá um exame atento. Ou se reconhece que todos nós somos de alguma forma “analfabetos funcionais” em alguma coisa – na utilização das novas tecnologias da informação ou na compreensão dos complexos mecanismos da economia –, por exemplo, ou nos arriscamos a generalizar um rótulo, a produzir um estereótipo e mais um estigma que penalizará, mais uma vez, como quase sempre, determinados estratos sociais. Face ao ritmo acelerado das mudanças políticas, sócio-económicas, tecnológicas, etc., é duvidoso que o eventual grau de desadaptação dos sectores mais instruídos da população e dos que ocupam as mais elevadas posições de *status* na hierarquia social seja menor, ou menos preocupante, do que o que afecta a generalidade da população menos instruída e de mais baixo *status*. Neste sentido, “o analfabetismo funcional” não será um fenómeno localizado, mas generalizado, existente em diversos graus, formas e sectores. Assim, a alfabetização funcional, tecnológica, social, etc., é um processo contínuo e em permanente evolução, de todos e para todos, o que de resto à luz do conceito de Educação Permanente não poderia deixar de ser sublinhado.

Reconhece-se a necessidade de concentrar esforços em relação aos sectores menos instruídos e mais desfavorecidos, e até a adopção de mecanismos de discriminação positiva, por forma a sustentar e reforçar a democracia política e a realizar a democracia cultural, social e económica. A democratização da educação, designadamente da educação escolar e da instituição escola, em termos de acesso e de sucesso, de participação na sua direcção e de abertura ao meio envolvente, constitui um objectivo prioritário com repercussões profundas no domínio da Educação de Adultos. Independentemente das potencialidades da educação extra-escolar, que devem ser aproveitadas e aprofundadas, a educação escolar e a escola estão no cerne do problema da Educação de Adultos. A par de uma multiplicidade de factores políticos, históricos, socio-económicos, etc., a escola pode ser, e de facto tem sido, um dos elementos estruturais geradores do analfabetismo. São ainda os problemas de acesso e de cumprimento da escolaridade obrigatória; as elevadas taxas de insucesso escolar, mesmo contabilizando apenas reprovações e abandonos e não o insucesso em outras componentes do acto educativo como a socialização e a estimulação. Sabe-se que, de um ponto de vista estatístico, quantas mais vezes um aluno reprova mais probabilidades tem de voltar a reprovar, tal como se sabe que apesar de muito generalizado o fenómeno atinge predominantemente os alunos oriundos das famílias de mais baixa posição social (instrução dos pais, profissão, rendimento, etc.).

O abandono precoce da escola, a par de circunstâncias de carácter geográfico, socio-económico, familiar, etc., é seguramente um dos elementos responsáveis pelos fenómenos do analfabetismo regressivo e do analfabetismo funcional. O sector da Educação de Adultos não pode, permanentemente e prioritariamente, substituir-se à escola na educação dos jovens – a esmagadora maioria dos que frequentam certas acções de Educação de Adultos, como é sabido. Fá-lo-á, necessariamente, à custa de outros públicos e de outras formas de intervenção, igualmente prioritárias para a população adulta. O reforço das acções de pós-alfabetização e de educação pós-básica de adultos é um desses domínios prioritários de intervenção, bem como a formação profissional, a promoção cultural e cívica, o apoio a projectos de intervenção socio-educativa, etc. A pós-alfabetização está longe de ser apenas uma forma de evitar o analfabetismo regressivo; é uma acção educativa que através de diferentes formas e com objectos próprios – da promoção da leitura pública, da formação para o trabalho, do incentivo ao prosseguimento de estudos, até à promoção do associativismo, à ecologia e ao ambiente, à defesa do património, à educação do consumidor, etc., – con-

tribui para a realização do ideal de Educação Permanente. A Educação de Adultos é um sector imprescindível no quadro da Educação Permanente e por isso deve, idealmente, abarcar todos os adultos, sem excepção. Os *adultos-destinatários*, ainda que unilateralmente definidos, que são sectores específicos da população especialmente carenciados; os *adultos-clientes* – aqueles que individualmente ou em grupo recorrem, pelas mais diversas razões, em variados contextos e a diferentes instituições e formas de organização, a acções de carácter educativo para uma valorização pessoal, social, profissional, etc.; os *adultos-cidadãos*, que se pretende que sejam todos, através da participação cívica, e de todos os tipos, e da garantia dos direitos fundamentais da pessoa humana.

Lisboa, 4 de Dezembro de 1990

